Deputado condena a "agressão à Igreja"

Das Sucursais

Ao analisar as recentes declarações do ministro do Interior, Rangel Reis, que criticou a participação das missões religiosas nas questões indígenas, anunciando que pretende afastá-las das aldeias no próximo ano, o deputado Alencar Furtado (MDB-PR), segundo vice-presidente da Câmara, afirmou ontem, em Brasília, que "a agressão ministerial à Igreja ofendeu o espírito cristão do nosso povo e a própria história do índio brasileiro". Enquanto isso, em Belo Horizonte, onde foi assinar contratos relativos a obras de infra-estrutura a serem realizadas na usina da Açominas em Ouro Branco, o ministro procurou suavizar suas declarações anteriores, ressaltando não ter feito "uma crítica generalizada" às missões. "Há trabalhos que são bem feitos e há os que têm de ser reformulados" — acentuou, embora sem precisar o que deverá ser alterado.

O deputado Alencar Furtado destacou que "foi a Igreja quem primeiro cuidou do índio e hoje o governo ameaça expulsá-la de sua missão apostolar junto às tribos", acentuando que "o ministro do Interior agride-a desnecessária e injustamente, quando deveria aliar-se com quem tem uma experiência de 476 anos". Furtado, que é candidato a líder do MDB na Câmara, lembrou que, "desde Nóbrega e Anchieta, a Igreja adquiriu conceito e autoridade em relação aos índios. Desde 1500, portanto, e antes do poder público, é a Igreja quem zela e se desvela pela população indígena".

"Temos — enfatizou o deputado — uma população de 220 mil índios, dizimada, espoliada, explorada. Não fora a Igreja e alguns idealistas, como os Villas-Boas e Rondon, e quase não teríamos quem a defendesse. Aliás, a Igreja tem defendido com bravura evangélica o direito dessas minorias sacrificadas, e o faz desinteressadamente. Índio não vota nem representa empresas multinacionais."

BISPO

O bispo João Batista Przyklenk, da diocese de Tromsø, na Noruega, e que está no Rio para um encontro com o presidente da CNBB, d. Aloísio Lorscheider, também considerou "muito estranha" a posição de Rangel Reis, "tendo em vista sua função de ministro

de Estado de uma nação como o Brasil, que zela por sua imagem de maior país católico do mundo".

Przyklenk, que atuou como missionário no Brasil durante 38 anos e até maio deste ano era bispo de Januária, em Minas Gerais, afirmou que esta imagem prevalece na Noruega, a ponto de ter gerado recentemente um curioso diálogo entre os embaixadores brasileiro e iugoslavo naquele país. O brasileiro convidou para uma recepção todos os chefes de missões diplomáticas acreditados junto ao governo norueguês, mas estranhou a presença do iugoslavo, e chegou mesmo a tentar impedi-la, sob a alegação de que ele representava um país comunista. Ao que este respondeu: "Sou embaixador de um país comunista, mas sou católico".

APOENA

O ministro Rangel Reis recusou-se ontem a fazer maiores comentários sobre as críticas que lhe dirigiu, na véspera, o sertanista Apoena Meirelles, acusando-o de desrespeitar o Estatuto do Índio ao insistir numa integração rápida das comunidades tribais à sociedade brasileira. Interpelado em Belo Horizonte, o ministro limitou-se a dizer: "Apoena Meirelles é um técnico da Funai. Não tomei conhecimento de suas declarações".

Em Brasília, seus assessores também asseguraram que Rangel não responderia a "declarações de terceiros" — referência a Apoena e ao presidente interino da Funai, João Batista Cavalcanti, que classificou de "infelizes" as afirmações do ministro sobre as missões religiosas. Segundo essas fontes, o ministro considera "qualquer manifestação desses funcionários um problema interno, de ordem disciplinar, da Funai".

Os assessores também afirmaram que a posição do ministro criticada por Apoena e pela maioria dos antropólogos e etnólogos ligados ao problema indígena "é a expressão da política que será adotada a partir de 1977", acentuando que "agora é hora de ação, uma vez que as linhas de atuação já foram anunciadas".

RESPOSTA

Em Belo Horizonte, numa aparente resposta às críticas de Apoena, Rangel Reis

afirmou que "os índios têm direito a viver em situação melhor" e que isso "só pode ser conseguido com a sua incorporação à sociedade", negando que "tenha marcado data" para a integração, "pois isso depende de estudos técnicos aprofundados". No entanto, o ministro destacou que "a Funai tem de executar a sua missão, definida pelo Estatuto do Índio e pela Constituição" e repetiu que, em 1977, o órgão "intensificará esse trabalho, cujo objetivo fundamental é a integração do índio à sociedade".

Rangel pediu aos repórteres que não lhe fizessem muitas perguntas sobre a questão indígena, porque preferia "deixar a coisa esfriar".